

Marcos Del Roio

OS PRISMAS DE GRAMSCI

**A fórmula política da frente única
(1919-1926)**



© desta edição, Boitempo, 2019
© Marcos Del Roio, 2005, 2019

Todos os direitos reservados.

Direção geral Ivana Jinkings
Edição Isabella Marcatti
Assistência editorial Andréa Bruno
Preparação Silvana Cobucci
Revisão Thaisa Burani
Coordenação de produção Livia Campos
Diagramação e capa Antonio Kehl
sobre ilustração de Gilberto Maringoni

Equipe de apoio: Ana Carolina Meira, André Albert, Artur Renzo, Carolina Mercês, Clarissa Bongiovanni, Débora Rodrigues, Elaine Ramos, Frederico Indiani, Heleni Andrade, Higor Alves, Ivam Oliveira, Joanes Sales, Kim Doria, Luciana Capelli, Marina Valeriano, Marlene Baptista, Maurício Barbosa, Raí Alves, Talita Lima, Tulio Candiotto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D375p

Del Roio, Marcos

Os prismas de Gramsci : a fórmula política da frente única (1919-1926) / Marcos Del Roio. - [2. ed.]. - São Paulo : Boitempo, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7559-720-0

1. Gramsci, Antonio, 1891- 1937 - Visão política e social. 2. Comunismo. 3. Ciência política - Filosofia. I. Título.

19-58051

CDD: 320.01

CDU: 321.01

Leandra Felix da Cruz - Bibliotecária - CRB-7/6135

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: Xamá, 2005

2ª edição: Boitempo, agosto de 2019

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br

www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo

www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/tvboitempo

IV

A ESTRATÉGIA DA FRENTE ÚNICA ANTIFASCISTA

1. AS TESES DE LYON E A TEORIA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA NA ITÁLIA

O III Congresso nacional do PCd'I, em razão da situação política do país, teve de ser realizado na cidade de Lyon, na França, de forma clandestina. Na reunião preparatória do Congresso, Gramsci assinalou os pontos mais importantes que deveriam nortear os debates, procurando contrapor as teses da maioria do CC, que ele representava, àquelas da minoria de “extrema esquerda”, encabeçadas por Amadeo Bordiga. Gramsci começou insistindo na importância da bolchevização do partido, segundo a diretriz apresentada no V Congresso mundial da IC e no V pleno ampliado do Ceic, vista como a necessidade de “combater qualquer desvio da doutrina e da prática da luta de classe revolucionária”¹.

Essa afirmação – perigosa, considerando os acontecimentos subsequentes na vida do PCR(b) e da IC – destinava-se a enunciar os pontos fundamentais de divergência entre a orientação política que vinha sendo desenvolvida e aquelas defendidas pela oposição. A bolchevização, conforme entendida pela IC, implicava organização do partido a partir da fábrica e ênfase no centralismo. Apesar da dureza de algumas locuções, o objetivo de Gramsci continuava sendo o de construir uma nova “síntese teórica”, pois era assim que entendia a bolchevização.

Segundo Gramsci, as divergências entre os comunistas italianos podiam ser agrupadas em três problemas fundamentais:

¹ Antonio Gramsci, “Il Congresso de Lione: intervento alla commissione politica”, em *La costruzione del Partito comunista (1923-1926)*, cit., p. 482.

1. o problema das relações entre o centro dirigente do partido e a massa dos companheiros nele inscritos; 2. o problema da relação entre o centro dirigente e a classe operária; 3. o problema das relações entre a classe operária e as outras classes anticapitalistas.²

A resolução desses problemas aparece como necessidade para que

a classe operária seja a classe dirigente da luta anticapitalista, o Partido Comunista dirija a classe operária nessa luta e seja internamente construído de modo a cumprir essa sua função fundamental.³

Os dois primeiros problemas apresentam um caráter organizativo, com implicações na natureza do partido e em seu caráter de classe. A explanação de Gramsci sugere novamente que a consciência revolucionária operária surgia da posição de classe e que existia o risco da formação de uma camada social intelectual descolada da própria classe, preocupações presentes de formas distintas em Sorel, em Rosa, mas também no último Lênin.

Gramsci reitera que o partido deve ser considerado “parte da classe”, que deve se empenhar para “eivar o nível político das massas” e que “os organizadores da classe devem ser os próprios operários”. Dessa posição deriva a ênfase na unificação política da classe operária e de sua organização nos locais de trabalho. A posição teórica da “extrema esquerda”, na crítica de Gramsci, errava ao ver o partido como um “órgão da classe”, já que, ao colocar no mesmo plano os elementos que compõem as fileiras do partido, independentemente de sua origem social, “não se preocupa em salvaguardar o caráter proletário do partido” e destaca “os intelectuais como elementos política e socialmente mais avançados”⁴.

Além de buscar a unificação da classe operária, os comunistas deveriam também unir todas as classes anticapitalistas, pois

em nenhum país o proletariado está em condições de conquistar o poder e de mantê-lo só com suas forças: assim, ele deve procurar aliados, ou seja, deve conduzir uma política capaz de colocá-lo à frente das outras classes que têm interesses

² Idem.

³ Idem.

⁴ Idem.

anticapitalistas para guiá-las na luta pela derrocada da sociedade burguesa. A questão é particularmente importante para a Itália, onde o proletariado é uma minoria da população trabalhadora e está situado geograficamente de forma tal que não pode só pretender a condução de uma luta vitoriosa pelo poder depois de resolver o problema das relações com a classe dos camponeses.⁵

Embora Gramsci não se refira explicitamente à fórmula política da frente única, seu entendimento da questão fica bastante nítido nesse momento. Tratava-se de unificar a classe operária com a direção do Partido Comunista, garantindo sua autonomia e sua postura antagônica, para o que seria necessário “desagregar socialmente e também politicamente as oposições, para lhes tolher as bases que tinham entre as massas”. Isso seria feito por meio da polêmica acirrada, particularmente com as direções dos agrupamentos de base operária, buscando sempre se antepor a fenômenos de “aristocracia operária” e formar uma frente única pela base, tendo em vista “o problema fundamental: abater o fascismo”. A construção da unidade operária se daria ao mesmo tempo que se estabelecia uma relação com as massas camponesas e se enfrentava a força reacionária do Vaticano e a influência clerical, particularmente no Sul do país. Assim se forjaria uma frente única de massas, antifascista, anticlerical e anticapitalista⁶.

O fascismo deveria ser visto não apenas como um órgão de combate da burguesia, mas também como um movimento social. O erro de Bordiga fora, segundo Gramsci, considerar apenas o primeiro aspecto do problema. Mas, ao concluir seu projeto de unificação orgânica da burguesia, o fascismo obriga os comunistas a atentar para “as diversas estratificações da classe burguesa” e “examinar as estratificações do próprio fascismo”, a fim de que ocorra uma adequação tática que perceba que “será no seio do próprio fascismo que tenderão a ressurgir os conflitos que não podem se manifestar por outras vias”⁷.

Se o fascismo aparece como solução para as contradições intraburguesas, também é a demonstração de que

a situação italiana caracteriza-se pelo fato de que a burguesia é organicamente mais fraca que em outros países e se mantém no poder só enquanto consegue

⁵ Ibidem, p. 483.

⁶ Ibidem, p. 484.

⁷ Ibidem, p. 486.

controlar e dominar os camponeses. O proletariado deve lutar para tirar os camponeses da influência da burguesia e colocá-los sob sua direção política.⁸

É certo que Gramsci se equivoca quanto às dimensões dessa pretensa fraqueza e da capacidade de organização da burguesia italiana, assim como imagina, nesse momento, que a luta anticlerical poderia ter sucessos mais rápidos, mas já conta com uma visão mais complexa das formas de domínio da burguesia. Antes, tendia a concordar com a ideia de que o fascismo e uma coalizão liberal-conservadora serviriam como duas vias alternativas para a preservação do poder do capital. Agora, pensava que a queda do fascismo poderia significar a passagem de uma “situação reacionária” para uma “situação democrática”, vislumbrando na primeira a luta para organizar o partido e na segunda a luta para organizar a insurreição. Tudo indica que Gramsci estivesse pensando no processo revolucionário russo, entre a queda do tsarismo e a ascensão dos bolcheviques ao poder⁹.

Note-se, ainda uma vez, que Gramsci e o PCd'I estão entre os partidos mais à esquerda no contexto da IC. Na verdade, a maioria avassaladora que, em menos de dois anos, Gramsci conseguiu no partido (da conferência de Como ao III Congresso) não pode ser entendida sem que se considere a guinada à esquerda da IC e a capacidade de atrair a massa do partido para posições políticas que se mantinham bastante à esquerda. De resto, o próprio Gramsci afirmou que “a Central do partido é agora fundamentalmente a mesma que foi eleita pelos Congressos de Livorno e de Roma”, indicando que a “síntese teórica” que ele buscava continha algo da contribuição de Bordiga, particularmente o espírito de cisão em relação ao Estado e ao reformismo, que trazia também de Sorel¹⁰.

Nas teses da maioria do CC para o III Congresso do PCd'I, abordando a situação internacional, que foram inspiradas nas leituras feitas pelo V Congresso mundial da IC e pelo V pleno ampliado do Ceic, fica bastante nítido o entendimento que o PCd'I – e muito provavelmente Gramsci – tinha das perspectivas do capitalismo. Estar-se-ia vivendo um momento de “estabilização relativa”, num quadro de sucesso da ofensiva do capital contra o proletariado, embora a tendência

⁸ Idem.

⁹ Ibidem, p. 487. Aqui parece sugestivo lembrar a semelhança entre a formulação de Gramsci e aquela expressa por Lukács, nas *Teses de Blum*, redigidas quase três anos depois para o II Congresso do KPU, em que trabalha com a fórmula da “ditadura democrática” como campo de disputa pelo poder entre a burguesia e o proletariado.

¹⁰ Ibidem, p. 485.

geral fosse de crise de decadência do capitalismo, particularmente no Ocidente europeu. A tendência declinante da Europa era compensada pela ascensão dos Estados Unidos e também da África do Sul e da Austrália, não deixando de ser notável a observação de que o mundo anglo-americano era o que contava com as maiores possibilidades dentro da ordem sociocultural gerada pelo capital¹¹.

Para Gramsci e os comunistas italianos, a situação europeia continuava sendo objetivamente revolucionária, tendo assim sido incorporada a leitura mais à esquerda da noção de “estabilização relativa”. Essa era uma interpretação próxima daquela do presidente da IC, Zinoviev, que por ocasião do Congresso italiano já passara para a oposição no PCR(b). Nessa leitura, a saída da crise do capital pela via do desenvolvimento das forças de produção era julgada impossível, o que fazia prever uma ulterior ofensiva sobre as condições de vida e de trabalho do proletariado, cujo resultado seria apenas o agravamento da crise e a criação de possibilidades revolucionárias.

Mesmo a possibilidade de ampliação do mercado com uso da periferia colonial era considerada pouco favorável, por razões demográficas (na América do Sul) e políticas (na Ásia oriental). Assim, no que se referia à Europa, a análise de Trótski, que previa uma fase de desenvolvimento democrático e pacifista, com decisiva contribuição da social-democracia e crescente penetração dos Estados Unidos, parecia ter-se revelado um equívoco, uma vez que as forças conservadoras e reacionárias estavam se impondo. Mantinha-se, no entanto, a visão de Trótski de que a situação revolucionária era permanente¹².

As teses declaravam ainda que a contradição entre Estados Unidos e Inglaterra pelo controle do mercado mundial era a mais importante no seio do imperialismo. Ressaltavam a Revolução Chinesa, então em rápido desenvolvimento, afirmando que nela confluíam o movimento operário e o movimento de libertação nacional, aliados numa “frente única revolucionária, que vai dos operários e camponeses à pequena e média burguesia e aos intelectuais”. Essa frente única não inclui a chamada “burguesia nacional”, porém, com o avanço do movimento revolucionário, deverá assumir um caráter operário e camponês¹³.

Note-se ainda que o documento enfatiza a importância da aliança operário-camponesa na União Soviética e da existência de um “governo operário e

¹¹ “Tesi sulla situazione internazionale”, em Vários autores, *Le tesi di Lione: riflessioni su Gramsci e la storia d'Italia*, cit., p. 109 e *passim*.

¹² *Ibidem*, p. 121-4.

¹³ *Ibidem*, p. 127-8.

camponês”. Dessa maneira, a exemplo do que vinha acontecendo na formulação da teoria revolucionária para a Itália, há uma forte ênfase no papel revolucionário do campesinato no contexto internacional, do mesmo modo que se insiste sobre o papel propulsor que a União Soviética pode e deve desempenhar para o reforço do movimento operário, objetivo “que ela alcança desenvolvendo e fortalecendo a si mesma tanto econômica como politicamente”¹⁴.

Para Gramsci, assim, o fortalecimento da aliança operário-camponesa na União Soviética não discrepava com o fortalecimento da aliança operário-camponesa no desenvolvimento da Revolução Chinesa, tampouco com a retomada da revolução proletária na Europa, com a particularidade nacional italiana centrada também nessa aliança social e política. Por esse caminho, sua formulação se aproximava da de Bukhárin, com a decisiva diferença de que o dirigente russo tendia a ver a “estabilização capitalista” como uma fase mais duradoura, ancorada numa reestruturação produtiva do capital, enquanto Gramsci e os comunistas italianos persistiam na concepção de que “a estabilização é um episódio provisório e somente aparente da situação”, pois os elementos determinantes continuavam a ser a guerra e a revolução¹⁵.

A concepção de Gramsci sobre a crise capitalista nunca chegou a se aproximar de algumas versões analíticas de cariz “catastrofista”, pois que carregadas do “economicismo”, que Gramsci elegeu como principal adversário teórico. No entanto, sua leitura sobre a crise capitalista sofreria uma profunda revisão nos *Cadernos do cárcere*, em que se dá conta da enorme capacidade de estabilização do domínio de classe da burguesia.

Percebe-se, então, que a originalidade de Gramsci está, em todas as circunstâncias, na capacidade de incorporar criticamente as contribuições teóricas advindas de um contexto de conflito e formular uma nova síntese. Gramsci vinha decididamente se empenhando em aprender com a formulação produzida pelo grupo dirigente bolchevique desde sua primeira estada em Moscou, sobrepondo-se ao processo de cisão orgânica e regressão teórica, que estava prestes a atingir seu auge no PCR(b). Mas por enquanto, junto com o Congresso, saudava o fato de que “a afirmação das correntes de esquerda no V Congresso mundial significou uma vitória das forças revolucionárias contra os resquícios do oportunismo social-democrata no terreno organizativo”¹⁶.

¹⁴ Ibidem, p. 128-31.

¹⁵ Ibidem, p. 135.

¹⁶ Ibidem, p. 132.

As teses referentes aos problemas nacional e colonial voltam a destacar a importância da aliança operário-camponesa explicitando as condições históricas dessa frente única: “os camponeses pobres e médios, no período da luta proletária contra o capitalismo e no período sucessivo da ditadura proletária, tornam-se um aliado da classe operária”¹⁷. Essas teses dão grande atenção para a Iugoslávia e os Bálcãs, em geral realçando a necessidade da aliança entre as classes trabalhadoras de ambos os países da Itália e da Iugoslávia¹⁸.

As teses sobre a situação política da Itália e sobre o partido consideram fracos o capitalismo e a burguesia italianos, mas ainda assim enunciam que

o capitalismo é o elemento predominante na sociedade italiana e a força que prevalece na determinação de seu desenvolvimento. Desse dado fundamental deriva a consequência de que não existe na Itália possibilidade de uma revolução que não seja a revolução socialista.¹⁹

O industrialismo é visto como fraco em decorrência da falta de matéria-prima, obrigando-o a estabelecer compromissos econômicos com os grandes proprietários agrários, que predominam sobre uma grande massa de trabalhadores pobres. Entre essas duas camadas dominantes há uma pequena burguesia, grande e diversificada, formada por artesãos, profissionais e servidores do Estado. Como a aliança entre industriais e grandes proprietários agrários conta com uma base territorial, surge um impedimento para que qualquer força social, exceto o proletariado, possa desempenhar uma função de efetiva unificação nacional. Desse modo, a tentativa da pequena burguesia de dar nova solidez ao Estado italiano só podia ser afetada pela precariedade. Em suma, as condições sócio-históricas concretas da Itália faziam desse país o elo fraco da cadeia imperialista, no qual era crucial a aliança operário-camponesa:

¹⁷ “Tesi per il lavoro nazionale e coloniale”, em Vários autores, *Le tesi di Lione: riflessioni su Gramsci e la storia d'Italia*, cit., p. 135.

¹⁸ É de se recordar a grande proximidade entre a guerrilha comunista italiana e iugoslava ao final da guerra antifascista, que fez o PCd'I oscilar entre aprofundar a revolução ao Norte, com a guerrilha comunista contando com o apoio do Exército popular iugoslavo, ou recuar a fim de preservar a unidade nacional italiana, tendo prevalecido esta última opção defendida por Togliatti contra Mauro Scoccimarro.

¹⁹ “Progetto di tesi politiche”, em Vários autores, *Le tesi di Lione: riflessioni su Gramsci e la storia d'Italia*, cit., p. 174-5.

Há na Itália uma confirmação da tese de que as condições mais favoráveis para a revolução proletária não ocorrem necessariamente sempre nos países onde o capitalismo e o industrialismo chegaram ao mais alto grau de seu desenvolvimento, mas podem, ao contrário, ocorrer onde o tecido do sistema capitalista, por sua estrutura frágil, oferece menor resistência a um ataque da classe revolucionária e de seus aliados.²⁰

Na análise do regime fascista, as teses fizeram uma retomada conclusiva de toda a formulação dos anos precedentes, entabuladas por Gramsci. Considera-se que

o fascismo, como movimento de reação armada que se propõe o escopo de desagregar e desorganizar a classe trabalhadora para imobilizá-la, se inclui no quadro da política tradicional das classes dirigentes italianas e da luta do capitalismo contra a classe operária.²¹

Por isso, nas suas origens, o fascismo recebe os favores dos velhos grupos dirigentes, particularmente das classes agrárias tradicionais. Ocorre que “socialmente, porém, o fascismo encontra sua base na pequena burguesia urbana e numa nova burguesia agrária surgida de uma transformação da propriedade rural em algumas regiões”, que alcançaram uma unidade ideológica e organizativa nas formações paramilitares e no partido fascista, com isso “permitindo conceber e pôr em prática um plano de conquista do Estado em contraposição às velhas camadas dirigentes”²².

O fascismo apresenta um novo modo de conceber a unificação das classes dominantes italianas, substituindo os acordos e compromissos próprios do Estado liberal pelo “propósito de realizar uma unidade orgânica de todas as forças da burguesia num só organismo político, sob o controle de uma única central, que deveria dirigir ao mesmo tempo o governo e o Estado”. No entanto, a consecução da unidade orgânica da burguesia demanda a superação paulatina das oposições liberal-burguesas, articuladas em alguns órgãos de imprensa, em agrupamentos políticos e na maçonaria, promovendo também um deslocamento das classes dirigentes tradicionais e agravando a

²⁰ Ibidem, p. 177.

²¹ Ibidem, p. 181.

²² Idem.

exploração das massas camponesas do Sul, as quais tendem a se aproximar da pequena burguesia²³.

Os comunistas percebiam corretamente que o fascismo se dirigia para a unificação orgânica da burguesia e para uma substituição do pessoal tradicional da administração estatal por novos elementos provenientes da pequena burguesia, mas mesmo assim vislumbravam para breve a crise do regime. Essa ilusão não era, porém, exclusividade dos comunistas, uma vez que o conjunto das forças antifascistas também estava imerso nela.

Nessa situação, na qual a análise parece sugerir um paradoxo, pela dificuldade evidente de levar a termo as tarefas propostas, são consideradas forças motrizes da revolução italiana “1) a classe operária; 2) os camponeses do Mezzogiorno e das Ilhas e os camponeses das outras partes da Itália”. As condições para a revolução estariam dadas, por um lado, no momento em que o proletariado atingisse um alto grau de organização e combatividade, e conseguisse selar a aliança com o campesinato, separando-os daquela pequena burguesia, que maciçamente passava a apoiar o fascismo. Por esse aspecto,

o problema de romper a aliança dos camponeses com as forças reacionárias deve ser posto, em grande parte também em outros países da Europa ocidental, como problema de destruir a influência da organização católica sobre as massas rurais.²⁴

Ademais, o PCd'I identifica uma cadeia de forças reacionárias, que, partindo do fascismo, passa pelos agrupamentos políticos antifascistas, incluindo a vertente reformista e a massimalista do socialismo italiano, e se fecha na direção da GGL. As forças que se identificam na liberal-democracia tendem a se propor como uma alternativa ao fascismo, mas esse objetivo está condicionado ao estabelecimento de um freio no desenvolvimento do movimento de massas. Portanto, uma política de frente única antifascista que abarcasse todas essas forças estaria contribuindo para uma ação de defesa do regime capitalista.

Para os comunistas italianos, pelo fato de existir uma situação revolucionária permanente, os objetivos antifascistas e anticapitalistas tendiam necessariamente a se confundir. A meta dos comunistas deveria ser “transformar os

²³ Ibidem, p. 182-5.

²⁴ Ibidem, p. 186.

movimentos “revolucionários democráticos” em movimentos revolucionários operários e socialistas”. E isso em razão da

impossibilidade de que o regime instaurado pelo fascismo sofra radicais limitações e transformações em sentido “liberal” e “democrático”, sem que seja desencadeada contra o fascismo uma luta de massas, a qual em curto prazo deverá inexoravelmente desembocar na guerra civil.²⁵

Num momento que os comunistas julgavam ser de preparação política para a revolução, durante a qual a unidade ideológica era imprescindível, não deveriam ser aceitas nem as posições da extrema esquerda, que separavam o partido das massas e defendiam o fracionismo, nem tampouco aquelas que defendiam a frente única democrática, pois esta se esquecia de que “a social-democracia não é uma ala direita do movimento operário, mas uma ala esquerda da burguesia e como tal deve ser desmascarada perante as massas”²⁶.

Um partido cujo objetivo é fazer com que o proletariado alcance uma completa autonomia política tem de ser organizado sobre a base da produção e se identificar unicamente com a classe operária, sem que deixem de ser acolhidos os intelectuais anticapitalistas e camponeses que façam a ligação com as camadas rurais de trabalhadores. Muito mais do que por imposição da IC,

a prática do movimento de fábrica (1919-1920) demonstrou que só uma organização aderente ao local e ao sistema de produção permite estabelecer um contato entre os estratos superiores e os estratos inferiores da massa trabalhadora (qualificados, não qualificados, auxiliares) e criar vínculos de solidariedade que tirem as bases de todo fenômeno de “aristocracia operária”.²⁷

É precisamente a partir da produção que

a frente única de luta antifascista e anticapitalista que os comunistas se esforçam por criar deve tender a ser uma frente única organizada, ou seja, fundar-se sobre organismos em torno dos quais toda a massa encontre uma forma e se acolha.²⁸

²⁵ Ibidem, p. 203.

²⁶ Ibidem, p. 190.

²⁷ Ibidem, p. 195.

²⁸ Ibidem, p. 204.

Assim,

a palavra de ordem dos comitês operários e camponeses deve ser considerada uma fórmula resumida de toda a ação do partido, na medida em que se propõe criar uma frente única organizada das classes trabalhadoras.²⁹

Além de uma estratégia voltada para a formação de uma frente única revolucionária das massas trabalhadoras, a tática da frente única é considerada adequada também para a finalidade de “desmascarar partidos e grupos autodenominados proletários e revolucionários que contam com uma base de massa”. Nesse caso, o grupo dirigente e a própria organização do PSI deveriam ser considerados adversários, uma vez que o que está em disputa é a direção política das massas operárias³⁰.

A atividade de agitação do partido, tendo em vista a formação da frente única, deve convergir para a fórmula do “governo operário e camponês”, como meio capaz de levar as massas mais atrasadas para o terreno da luta pela ditadura do proletariado. Destaca-se, no entanto, que “essa é uma fórmula de agitação, mas não corresponde a uma fase real de desenvolvimento histórico, a não ser à maneira das soluções intermediárias [...]”³¹.

No campo fabril e sindical, a frente única das massas trabalhadoras deverá “ser aderente ao próprio lugar da produção, à fábrica”. A experiência das “comissões internas”, forjada em 1919-1920 pelo movimento operário de Turim, deve subsistir onde parecer possível e ressurgir sempre que as condições permitam. Porém, diante das dificuldades impostas pelo fascismo para a organização sindical autônoma, deveriam se organizar comitês de agitação que servissem de meio de construção da frente única a ser materializada nos comitês operários e camponeses. E, ainda que

diferentes das comissões internas na forma, são a elas análogas na essência, porque também são órgãos de agregação e de representação de toda a massa trabalhadora das oficinas, e de mobilização no terreno de classe, pelo alcance de finalidades imediatas e a preparação de lutas cada vez mais amplas.³²

²⁹ Idem.

³⁰ Ibidem, p. 204-5.

³¹ Ibidem, p. 207.

³² “Progetto di tesi sindacali”, em Vários autores, *Le tesi di Leone: riflessioni su Gramsci e la storia d'Italia*, cit., p. 222-3.

O entendimento, tanto da fórmula política da frente única como do conteúdo da palavra de ordem do “governo operário-camponês”, seguia assim a lógica estabelecida no V Congresso mundial da IC, deixando de ser levado em conta o ajuste da orientação política da IC, que vinha se manifestando nos meses precedentes e que voltava a dar valor à fórmula da frente única também “pelo alto”. As intervenções de Humbert-Droz no Congresso apenas sugeriram maior atenção em relação ao partido massimalista e a possibilidade de uma aproximação, mas suas palavras não obtiveram eco.

A nova direção nacional passou a ser constituída pela grande maioria de 90% que apoiou as teses apresentadas pelo CC, incluindo a antiga “direita”, e também pelos 10% que apoiaram as teses defendidas pela “extrema esquerda”. O Comitê Executivo Político era composto por Gramsci, Togliatti, Terracini, Scoccimarro, Grieco, Camilla Ravera e Ravazzoli, com outros nomes importantes como Bordiga, Leonetti, Serrati e Malfi integrando o CC. Decidiu-se que Togliatti, um dirigente de destaque, deveria ser o representante do PCd'I junto ao Ceic, considerando o delicado momento que o PCR(b) estava enfrentando no processo de cisão de seu grupo dirigente, mas que também Bordiga deveria deslocar-se para Moscou.

A avaliação que Gramsci fez dos resultados do Congresso foi bastante positiva. O partido aprovava a “bolchevização”, constituindo um novo Comitê Central, que incorporava uma grande maioria numa orientação política tendente a ser uma nova síntese organizativa e teórica. A partir de então, a questão da centralização e da unidade democrática deveria ser vista como uma questão de ética revolucionária, não obstante a resistência de uma reduzida “extrema esquerda” e da manifestação quase isolada de Angelo Tasca, em defesa de algumas teses consideradas de “direita”³³.

No texto de avaliação dos resultados do Congresso que Gramsci ditou para ser publicado no *L'Unità*, afirmava, comprovando a importância teórica do problema, que a frente única era uma questão relativa às “relações de direção política entre a parte mais avançada do proletariado e suas frações menos avançadas”, assim como da relação entre o proletariado e outras classes objetivamente anticapitalistas, particularmente o campesinato. Nesse aspecto, destacava a

³³ Angelo Tasca defendia a tese de que o “governo operário camponês” poderia surgir de uma frente única de partidos antifascistas que poderiam ter no parlamento sua expressão institucional. Note-se a analogia com a posição assumida por Togliatti e o PCd'I no momento da queda do fascismo, em 1944-1945.

necessidade premente de agir para que o campesinato se empenhasse para atingir uma organização autônoma, considerando “a passagem em massa da pequena burguesia meridional para o fascismo”³⁴.

2. O III CONGRESSO NA PRÁTICA E AS NOVAS LINHAS DE CLIVAGEM

Apesar do otimismo de Gramsci, logo se fizeram notar o agravamento da perseguição fascista e o surgimento de algumas divergências na nova direção partidária, sentidas particularmente a partir de Moscou. Essas divergências seriam de pouca monta caso não se imbricassem cada vez mais com o problema do agravamento da repressão fascista e o ápice da luta interna no PCR(b).

Com o sindicalismo autônomo nos estertores, com a imprensa antifascista praticamente calada, com os partidos políticos do Aventino a ponto de dispersão e com a persistente violência policial, o regime fascista estava se consolidando rapidamente. Ao mesmo tempo que eliminava os resquícios das instituições liberais, o fascismo se apoderava da máquina estatal, à qual subordinava o próprio PNF e suas milícias. Por volta do fim de 1926, colimou esse processo com a proibição dos partidos e organismos políticos antifascistas e a formal abolição do que restava do Parlamento liberal.

Do início do processo de fascistização, em 1921, até a consolidação do regime, em fins de 1926, a burguesia industrial conseguira restabelecer a disciplina na fábrica, suprimir o direito de greve, reduzir os salários, prolongar o tempo de trabalho e destruir o sindicalismo autônomo, seguindo o objetivo de estabelecer uma forma de racionalização na produção. A política da Confederação Geral da Indústria Italiana (Confindustria), visando à organização científica do trabalho, precisava de um clima de colaboração entre as classes, que o social-reformismo não pôde oferecer, mas o projeto fascista de subordinação corporativa da classe operária ao Estado e o discurso nacionalista foram capazes de se vincular aos impulsos produtivistas requeridos pela grande indústria.

A expressão dessa convergência já se apresentara com o chamado “pacto do Pallazzo Vidoni”, de outubro de 1925, que concedeu o monopólio de representação dos trabalhadores ao sindicato fascista. Com isso, o fascismo procedia a uma aproximação com o “fordismo” e recebia a aceitação dos diferenciados

³⁴ Antonio Gramsci, “Cinque anni di vita del partito”, em *La costruzione del Partito comunista (1921-1926)*, cit., p. 98 e 107.

desígnios corporativos provenientes do mundo católico, embora este tivesse concepção e matriz teórica distintas³⁵.

A organização científica do trabalho redefine a subalternidade operária no próprio interior do processo produtivo, sem deixar de estar vinculado ao projeto fascista de reorganização do Estado. Assim, o rebaixamento das condições de vida, a imposição da disciplina na fábrica e a intensificação do trabalho formavam um complexo articulado. Em janeiro de 1926, atendendo aos interesses da burguesia industrial, foi criado o Ente Nazionale Italiano per la Organizzazione Scientifica del Lavoro (Enios), cuja intenção era difundir o taylorismo na indústria do país. Daí em diante, a cadeia de montagem se generaliza, mas ocorre também uma padronização do material utilizado e um correlato aumento de produtividade, indicando como, na Itália, o taylorismo e o fordismo avançavam no processo de acumulação do capital³⁶.

Ainda que a ditadura fabril fosse duríssima, os comunistas conseguiram organizar algumas dezenas de “comitês de agitação”, entendidos como órgãos da frente única. O papel dessa forma de organização e sua relação com a questão sindical suscitaram alguma polêmica com a delegação do Ceic ao III Congresso do PCd’I, que foi retomada no VI pleno ampliado de fevereiro. Desde Moscou, onde se encontrava representando o PCd’I e conduzindo a delegação italiana ao VI pleno ampliado do Ceic, Togliatti procurou aparar a aresta que permanecia entre o organismo partidário e a IC, insistindo em que se desse maior ênfase à ação política em defesa das liberdades sindicais e à aliança com os “massimalistas”, particularmente após a adesão do PSI ao Comitê Sindical Anglo-Russo.

Além de pedir que o partido cumprisse a decisão tomada na conferência sindical do PCd’I realizada em 20 de dezembro de 1925, que corrigia as teses congressuais e criava um vínculo mais estreito entre “comitês de agitação” e “comitês de defesa sindical”, Togliatti incorporava a sugestão advinda do VI pleno ampliado do Ceic para que fosse proposta uma frente única sindical com os massimalistas. As sugestões de Togliatti foram acatadas pela direção do PCd’I, restando a justificativa (pouco convincente) de que a direção não tomara conhecimento das atas da conferência sindical. Na prática, optara-se pelas indicações das teses congressuais originais³⁷.

³⁵ Ferdinando Dubla, *Gramsci e la fabbrica* (Bari, Lacaita, 1986), p. 99 e *passim*.

³⁶ *Ibidem*, p. 104-8.

³⁷ Giuseppe Vacca, *Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca: il carteggio del 1926* (Turim, Einaudi, 1999), p. 22-33. Não é convincente o empenho de Giuseppe Vacca em fazer crer que havia

Mais contundente foi a divergência no interior da delegação italiana ao VI pleno do Ceic, surgida entre Bordiga e Togliatti, que em seguida acarretaria desdobramentos para a própria maioria da direção nacional. Bordiga, num possível esforço para compor uma frente de oposições de “esquerda” e “extrema esquerda” na IC, orientado por Trótski, entabulou um acalorado debate com Stálin sobre os pontos essenciais de divergência existentes entre os comunistas, numa reunião do secretário-geral do PCR(b) com o grupo italiano. Na reunião plenária, foi o próprio Togliatti quem refutou as posições defendidas por Bordiga, que insistiam na particularidade do Ocidente e na inconsistência da fórmula da frente única. Togliatti, por seu turno, defendeu a política do PCd’I e da IC³⁸.

Embora o nome de Bordiga tivesse sido indicado pelo III Congresso nacional do PCd’I para integrar o Comitê Executivo em Moscou, junto com Togliatti, os acontecimentos do VI pleno do Ceic induziram a um contencioso. Diante do comportamento de Bordiga no encontro internacional, que chegara até a contestar a legitimidade do recente Congresso do PCd’I, e das muitas interlocuções entre os grupos de oposição, que incluíram também os italianos que ali se encontravam exilados, Togliatti entendeu que “o partido deverá ter presente o perigo de uma atividade fracionista em Moscou, ao decidir se convém ou não enviar Bordiga para cá, neste verão”, já que, “como considero perdidas todas as esperanças de reconquistar Bordiga, é preciso examinar se, ao contrário, não convém continuar na tática do isolamento”³⁹.

Um mês depois, a Comissão Política do PCd’I, reafirmou a decisão congressual de enviar Bordiga a Moscou, não obstante o espanto diante de suas atitudes assumidas durante o VI pleno. O retorno de Bordiga à Itália foi o sinal para que seus seguidores também passassem a contestar a legalidade do

uma semente de divergência estratégica entre Togliatti e Grieco, de um lado, e Gramsci e Scoccimarro, de outro, no que se referia à política sindical e da frente única. A ideia de uma frente única “pelo alto” com o PSI iria ao encontro do desejo de Humbert-Droz, mas não de Togliatti ou de Gramsci, embora correspondesse à política específica da FGCI (jovens comunistas). O que é perceptível, por ora, é apenas a preocupação de Togliatti em preservar a política dos comunistas italianos no sulco majoritário da IC. De resto, sabe-se que a política de frente única sindical com os massimalistas e com a juventude socialista esteve presente já na época em que Bordiga dirigia o partido.

³⁸ Diante da enorme diversidade teórico-política e de situações nacionais, o empenho para a formação de uma oposição de esquerda e extrema esquerda na IC nunca pareceu exequível.

³⁹ “Togliatti alla Segreteria del Pcd’I, 23 marzo 1926”, em Giuseppe Vacca, *Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca: il carteggio del 1926*, cit., p. 191.

III Congresso, ao mesmo tempo que na Rússia avançava o acordo para a composição da “oposição unificada”, que preferiu manter-se apartada de frações de extrema esquerda. Estas, por sua vez, estavam enfrentando forte pressão que chegou a medidas de expulsão, como a que atingira Karl Korsch no KPD. A orientação predominante na IC e particularmente no PCd'I era ainda a de evitar medidas extremas, mas a tensão só aumentava, especialmente depois da formalização do “bloco de oposição” no PCR(b), ao fim de junho.

Foi então que o *Presidium* da IC solicitou ao PCd'I que fosse mais severo com a oposição bordiguista, uma vez que esta nem sequer reconhecia a validade do III Congresso partidário. Com isso, a posição de Togliatti, contrária à ida de Bordiga para Moscou, viu-se bastante fortalecida. Ao mesmo tempo, a direção política do PCd'I reafirmava sua postura de “evitar as expulsões enquanto seja possível”, do mesmo modo que “não tolerar, a qualquer custo, o trabalho fracionista”⁴⁰.

Embora o encaminhamento da melhor forma de enfrentar a questão da oposição de Bordiga tenha suscitado diferenças entre Togliatti e o secretariado político do PCd'I, particularmente Gramsci e Scoccimarro, todos se encontravam no terreno da orientação emanada do III Congresso. Isso pode ser visto na discussão sobre a conjuntura política internacional do primeiro semestre daquele ano de 1926, tema que também era motivo de algumas possíveis diferenças entre o grupo que atuava na Itália e seu representante em Moscou. Respondendo com cautela a uma carta de Togliatti que falava das imensas expectativas geradas pela greve inglesa, em nome do secretariado político, Mauro Scoccimarro escrevia: “É verdade que a greve inglesa, a crise na França, o golpe de Estado na Polônia são acontecimentos que impelem a situação para uma crise revolucionária, mas não acreditamos que já tenhamos chegado a esse ponto”⁴¹.

Percebe-se que Togliatti tinha uma visão bastante otimista das perspectivas revolucionárias para o período seguinte, como de resto parecia ser também a posição da maioria dos dirigentes comunistas italianos, assim como eram concordes as posições de Togliatti e do secretariado político sobre a tática de frente única. Naquele momento, o PCd'I tentava influenciar a base do PSI,

⁴⁰ “Segreteria del PCd'I a Togliatti, 28 giugno 1926”, em Giuseppe Vacca, *Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca: il carteggio del 1926*, cit., p. 319.

⁴¹ *Ibidem*, p. 318. A carta de Togliatti não foi encontrada. Convém lembrar ainda, a esta altura, que a leitura que o PCd'I tinha da chamada “estabilização capitalista” correspondia àquela do V Congresso mundial da IC, que fora derivada da formulação de Zinoviev.

visando deslocá-lo para a esquerda e constituir assim um setor favorável à frente única, utilizando os contatos existentes entre os organismos juvenis de ambos os partidos. O objetivo era sempre o de cindir e desorganizar o PSI⁴².

Surgia entre os comunistas italianos uma forma de pôr em prática a política de frente única de uma maneira menos rudimentar e sectária que em outros países, criticando e debatendo com as direções socialistas, ideológica e programaticamente, ao mesmo tempo que se buscava uma aproximação com a juventude e com os setores de base e intermediários do socialismo “massimista”. No entanto, os melhores resultados na política de frente única vinham sendo alcançados nos contatos com a esquerda católica.

Nem toda a correspondência enviada de Togliatti ao PCd'I e vice-versa chegava ao destino, provocando alguma desorientação política. Parece que só na segunda quinzena de julho a direção do PCd'I ficou inteiramente informada da decisão tomada pelo *Presidium* da IC sobre a suspensão da ida de Bordiga a Moscou. Certamente não se pode descartar que a sugestão para essa tomada de posição tenha partido do próprio Togliatti.

O PCd'I, além de solicitar esclarecimentos, enviou uma carta confirmando a posição partidária (e que não correspondia à defendida por Togliatti). O secretariado político do PCd'I manifestou então o inteiro desacordo com a decisão do *Presidium* da IC e insistiu que Bordiga não pedira para ir a Moscou, mas “fomos nós, que, seguindo ainda a mesma linha política em relação à extrema esquerda, mostramos ao companheiro Bordiga seu dever de trabalhar para o partido e a Internacional”, como membro que era do CE do PCd'I⁴³.

Essa carta lembrava ainda que

no Congresso do partido, obrigamos a extrema esquerda a participar do CC; em seguida nós os obrigamos a trabalhar para o partido. No último pleno do Ceic, o camarada Ercoli [Togliatti], do alto da tribuna, convidou o camarada Bordiga a colaborar com a Internacional Comunista e a trabalhar em seus órgãos centrais.⁴⁴

Em seguida, nega que a ideia de enviar Bordiga a Moscou fosse uma forma premeditada de afastá-lo da Itália e assim facilitar a luta contra a extrema

⁴² Ibidem, p. 319.

⁴³ “Segreteria del PCd'I al Segretariado del Komintern, 29 luglio 1926”, citado em Giuseppe Vacca, *Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca: il carteggio del 1926*, cit., p. 354-6.

⁴⁴ Idem.

esquerda. A carta se conclui com uma sugestão de que não se deveria temer o debate aberto e que essa seria a melhor forma de enfrentar o “bordiguismo”.

Diante da insistência do PCd'I, a questão foi deixada em aberto para ser resolvida no VII pleno ampliado do Ceic, marcado para ser realizado entre novembro e dezembro⁴⁵. Togliatti parecia pensar que, mais do que nunca, diante do agravamento da situação italiana, o PCd'I deveria estar afinado com as posições majoritárias do PCR(b) e da IC, não permitindo qualquer flanco aberto para a oposição interna, quer o processo desembocasse na revolução ou no aprofundamento da contrarrevolução. Mauro Scoccimarro, Gramsci e o secretariado político do PCd'I, em geral, entendiam que a dialética democrática e a busca de uma síntese teórica prática, permanentemente repostas pelo movimento do real, eram da própria essência do partido revolucionário, que não poderia prescindir de qualquer de seus elementos, a menos que se voltasse contra a eficácia organizativa e política dos comunistas.

Essa diferença de perspectiva tinha implicações principalmente na compreensão da função nacional do partido e de seu vínculo internacional, assim como sobre o problema de como as seções nacionais e os componentes teóricos e políticos da IC deveriam se relacionar entre si no processo internacional da revolução socialista, da qual a fórmula da frente única era parte nuclear. Essa problemática implícita na discussão sobre a conveniência ou não de uma estada de Bordiga em Moscou voltou à tona de maneira mais explosiva no mês de outubro.

Até então, a direção política do PCd'I preferira não abordar as questões que implicavam uma divergência de perspectiva no desenvolvimento da revolução socialista na União Soviética, limitando-se a condenar as atitudes fracionistas da “oposição unificada”. Togliatti, por sua vez, tendo mais claros os objetivos de cada uma das tendências que se digladiavam no PCR(b) e certo de que a cisão era praticamente inevitável, entendia que o PCd'I deveria discutir o quanto antes as posições conflitantes e tomar uma posição de irrestrito apoio à maioria de Bukhárin e Stálin, embora estivesse vistorando a decisão tomada

⁴⁵ Para aquela ocasião, mais uma vez Bordiga foi indicado como delegado do PCd'I, juntamente com Togliatti e Tasca, mas não chegou a Moscou, tendo sido detido pela polícia fascista, que lhe retirou o passaporte. Em compensação, desde fim de julho, o PCd'I tomou medidas disciplinares contra vários dos membros da extrema esquerda, que foram suspensos por insistirem em não acatar a orientação política expressa pelo III Congresso. Entre eles se encontravam Fortichiari, Reposi, Perrone e Vercesi. Ver Michele Pistillo, *Gramsci – Togliatti: polemiche e dissensi nel 1926* (Bari, Lacaita, 1996), p. 47.

antes do VI pleno ampliado do Ceic, de não difundir o debate sobre a questão russa para as outras seções da IC.

O texto de abertura das discussões do Comitê Diretivo do PCd'I, reunido em 2 e 3 de agosto, seguiu a determinação anterior de não se tocar nos problemas internos do PCR(b), tanto que o debate ficou circunscrito a uma análise da situação italiana e europeia. Gramsci apresentou então um esforço de particularização da tática de frente única para a Itália, que era um avanço teórico bastante significativo. O papel dos "comitês de agitação" era colocar as massas em movimento e agregá-las em frente única. No entanto, essas massas eram a base social ou a esfera de influência de partidos que também se referiam aos trabalhadores, de modo que a forma com a qual se organizavam e organizavam seus seguidores deveria ser considerada, a fim de se estabelecer uma diretriz de ação política tendo em vista a frente única.

Gramsci observava que os partidos democratas e social-democratas se organizavam de modo bastante distendido e que se compunham genericamente de três estratos: um estrato superior, composto por parlamentares e intelectuais, com vínculos com as classes dominantes; um estrato inferior, formado por operários, camponeses e pequena burguesia urbana, que compunha a massa partidária e de simpatizantes; e um estrato intermediário, "que mantém a ligação entre o grupo superior dirigente e as massas do partido e a população influenciada pelo partido". O diagnóstico de Gramsci apontava ser precisamente

sobre uma notável parte desses estratos médios dos diversos partidos de caráter popular que se exerce a influência do movimento pela frente única. É nesse estrato médio que se verifica esse fenômeno molecular de desagregação das velhas ideologias e dos velhos programas políticos e se veem os inícios de uma nova formação política no terreno da frente única.⁴⁶

Assim, na fórmula política da frente única concebida por Gramsci não cabiam acordos entre direções partidárias, considerando estarem estas, de um modo ou de outro, entranhadas no Estado burguês, enquanto a dispersão das massas, por sua vez, tornava extremamente complexa e fluida a organização de uma frente única de massas. Daí a razão pela qual a frente única deveria ser feita a partir dos estratos intermediários dos partidos que reivindicavam a

⁴⁶ Antonio Gramsci, "Un esame della situazione italiana", em *La costruzione del Partito comunista (1923-1926)*, cit., p. 115.

representação operária e popular. Eram quadros especializados na atividade política e que contavam com uma representação direta no movimento social. A juventude era outro elemento estratégico para a consecução da frente única, que, por sua própria natureza de fase formativa, poderia se entender com as direções de organizações análogas de outros partidos.

A política de frente única das massas trabalhadoras – tal como Gramsci a concebia – nada tinha de “sectária” ou “isolacionista”, pois era justamente o vínculo com as massas e seu direcionamento anticapitalista que deveria definir os contornos dessa política. O essencial era a subtração da influência sobre as massas das organizações existentes e sua desagregação molecular. Se Gramsci entendia como ineficaz qualquer acordo estratégico com as direções dos partidos da oposição democrática, é notável a importância dada à possível adesão de um membro da Ação Católica ao programa da frente única proletária. Isso se explica pelo fato de se tratar de uma organização que é

uma parte integrante do fascismo, que, através da ideologia religiosa, tende a dar ao fascismo o consenso de amplas massas populares e, em certo sentido, na intenção de uma tendência fortíssima do partido fascista (Federzoni, Rocco etc.), está destinada a substituir o próprio partido fascista na função de partido de massa e de organismo de controle político da população.⁴⁷

Gramsci pretendia então disputar a direção das massas trabalhadoras com o próprio fascismo, principalmente porque percebia a existência de duas tendências no regime: uma, já mencionada, que pretendia um acordo de estabilização entre as instituições do Estado, a monarquia e o Exército, mas também a Igreja; enquanto a outra tendência, representada por Farinacci, era a expressão da contradição entre proprietários agrários e industriais e da contradição entre a pequena burguesia e o capitalismo. Era inegável que “o atual fascismo representa tipicamente o claro predomínio do capital financeiro no Estado, capital que deseja sujeitar todas as forças produtivas do país” e também “o fato da submissão completa em que a Itália foi posta pelo governo fascista diante da América”. Daí a atualidade que Gramsci percebia na utilização da palavra de ordem dos “Estados Unidos Soviéticos da Europa” (resgatando conhecida e polêmica posição de Trótski)⁴⁸.

⁴⁷ Ibidem, p. 116.

⁴⁸ Ibidem, p. 117.

As dificuldades econômicas poderiam oferecer um campo político para a desagregação do fascismo, mas Gramsci ainda entendia, como vinha fazendo desde 1922, que a burguesia contava, além do fascismo, com uma alternativa para barrar o possível desenvolvimento da revolução proletária: um regime constitucional liberal, mais ou menos democrático. E Gramsci percebe que “ocorre no campo da democracia certo reagrupamento com caráter mais radical do que no passado”, difundindo a ideologia republicana entre os estratos intermediários dos partidos, tão cruciais para a política de frente única, e que poderiam vir a se apossar do poder, em caso de uma catástrofe do regime. E isso porque

se for verdade que politicamente o fascismo pode ter como sucessor uma ditadura do proletariado [...], não é certo, porém, nem mesmo provável, que a passagem do fascismo à ditadura do proletariado seja imediata.⁴⁹

Em nenhum momento Gramsci sacrifica a autonomia e o antagonismo da classe operária e da frente única, mesmo quando sua análise avalia as possibilidades de ocorrerem fases intermediárias no processo social e político voltado para a revolução socialista⁵⁰. A seu ver, a posição do Exército e da burocracia civil poderia ser decisiva para, diante de uma eventual crise, “levar ao poder a coalizão democrático-republicana [...], capaz de frear a revolução”. Mas, diante dessa possibilidade, caberia aos comunistas “restringir ao mínimo a influência e a organização dos partidos que possam constituir a coalizão de esquerda, para tornar cada vez mais provável a queda revolucionária do fascismo”, ou então “tornar o mais breve possível o interlúdio democrático”⁵¹.

⁴⁹ Ibidem, p. 119.

⁵⁰ A ênfase é válida na medida em que esse documento é um dos mais utilizados em “releituras” de Gramsci, que buscam pistas para uma possível convicção democrática, legitimadora de políticas que foram desenvolvidas em outro tempo e mesmo em outro espaço. Um exemplo de leitura retrospectiva encontra-se na excelente introdução ao pensamento político de Gramsci, escrita sob o influxo do “eurocomunismo” por Carlos Nelson Coutinho, quando afirma ser “ainda estreita” a formulação de Gramsci da Assembleia Constituinte Republicana com base em conselhos operários e camponeses, por impedir “a aliança com setores democrático-burgueses antifascistas e republicanos”. O autor não percebia então que não se tratava de estreiteza, mas de outra estratégia política que recusava tal aliança. Carlos Nelson Coutinho, *Gramsci*, cit., p. 50.

⁵¹ Antonio Gramsci, “Un esame della situazione italiana”, em *La costruzione del Partito comunista (1923-1926)*, cit. p. 120.

O esforço de particularização da situação italiana e da política de frente única teria de ser mediado pela inserção no contexto internacional do capitalismo no Ocidente europeu. O eixo da reflexão é posto pelos seguintes problemas: “Encerrou-se o período da assim chamada estabilização? A que ponto nos encontramos sobre a capacidade de resistência do regime burguês?”⁵². Na avaliação da correlação de forças e na particularização da tática política, um primeiro ponto de discriminação deve ser posto na diferença existente entre Estados capitalistas avançados e Estados de capitalismo periférico, ainda que na França e na Checoslováquia pudessem ser divisados aspectos de ambos os grupos. Como critério de análise, Gramsci propõe que se tome como ponto de partida a constatação de

que nos países de capitalismo avançado a classe dominante tem reservas políticas e organizativas que não tinha, por exemplo, na Rússia. Isso significa que até mesmo as crises econômicas gravíssimas não têm repercussões imediatas no campo político. A política está sempre em atraso – e em grande atraso, em relação à economia. O aparato estatal é muito mais resistente do que geralmente se imagina e consegue organizar, nos momentos de crise, forças fiéis ao regime, mais do que a profundidade da crise poderia levar a supor.⁵³

Seria esse o caso de América, Inglaterra e Alemanha. Nos Estados periféricos, como podem ser considerados Itália, Portugal, Espanha e Polônia,

entre o proletariado e o capitalismo se estende um amplo estrato de classes intermediárias, que querem – e em certo sentido conseguem – conduzir uma política própria, com ideologias que não raro influenciam amplas camadas do proletariado, mas que têm influência especial sobre as massas camponesas.⁵⁴

O deslocamento à esquerda que Gramsci vislumbrava, particularmente nos países periféricos, e a luta sindical na Inglaterra levavam-no a acreditar que “realmente entramos numa nova fase de desenvolvimento da crise capitalista. Essa fase assume formas distintas nos países da periferia capitalista e nos países de capitalismo avançado”. Mas, de qualquer maneira,

⁵² Ibidem, p. 121.

⁵³ Ibidem, p. 121-2.

⁵⁴ Ibidem, p. 122.

para todos os países capitalistas se põe um problema fundamental, que é o da passagem da tática de frente única, entendida em sentido geral, para uma tática determinada, que se ponha os problemas concretos da vida nacional e atue na base das forças populares assim como estão historicamente determinadas.⁵⁵

Gramsci, mesmo correndo o risco de ser rotulado de ordinovista, sugere que

um dos problemas mais importantes que se colocam, especialmente nos grandes países capitalistas, é aquele dos conselhos de fábrica e do controle operário, como base de um novo reagrupamento da classe proletária, que permita uma melhor luta contra a burocracia sindical [...].⁵⁶

A experiência dos conselhos de fábrica, na Turim de 1919-1920, poderia ser considerada uma demonstração da capacidade orgânica da classe operária, que se manifestara principalmente na

1. capacidade de autogoverno da massa operária [...];
2. capacidade da massa operária em manter e superar o nível de produção do regime capitalista [...];
3. capacidade ilimitada de iniciativa e de criação das massas trabalhadoras.⁵⁷

Dessa convicção, na qual se sentem os ecos das formulações de Sorel e de Rosa Luxemburgo, provinha a insistência de que

na sociedade italiana, que atingiu o máximo de desenvolvimento capitalista que historicamente poderia atingir, dadas as condições de lugar e de tempo, uma só classe é revolucionária no sentido completo e permanente: o proletariado industrial.⁵⁸

Gramsci e o grupo dirigente do PCd'I tiravam dessa leitura a orientação política de frente única antifascista e anticapitalista que, recusando-se a participar na coalizão democrática proposta por republicanos e socialistas, insistia na

⁵⁵ Ibidem, p. 123.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Antonio Gramsci, "Ancora delle capacità organiche della classe operaia", *L'Unità*, 1º out. 1926, em *La costruzione del Partito comunista (1923-1926)*, cit., p. 346-7.

⁵⁸ Idem, "Noi e la concentrazione repubblicana", *L'Unità*, 13 out. 1926, em *La costruzione del Partito comunista (1923-1926)*, cit., p. 349-53.

palavra de ordem da “assembleia republicana com base nos comitês operários e camponeses”. A crença de que a realização do socialismo era de grande atualidade e de que o proletariado era a única força capaz de conduzir a Itália pela via socialista levava Gramsci a argumentar que a aliança proposta era impossível, dado que “a concentração republicana trabalha para subordinar o proletariado a outras formas sociais, que praticamente não podem mais que ser o capitalismo, [...]”. Gramsci assevera ainda que essa era essa a orientação política seguida pelos comunistas desde junho de 1923, quando do assassinato de Matteotti⁵⁹.

Considerando que a chamada estabilização capitalista era incerta e se aproximava do fim e que havia um deslocamento das camadas sociais intermediárias para a esquerda, Gramsci entendia que era o momento de se potencializar a frente única em toda a Europa, mas atendendo às particularidades nacionais. Em qualquer contexto, porém, a frente única deveria enfatizar seu caráter de massas e o antagonismo frente ao capitalismo. É evidente que, numa situação como essa, ainda que Gramsci não tenha nem sequer tocado no tema, o respaldo político e ideológico da IC e da União Soviética seria um elemento de primeira grandeza, daí a importância de se evitar fissuras nesse campo, particularmente com a manutenção da unidade do grupo dirigente bolchevique.

3. GRAMSCI E A QUESTÃO RUSSA

O agravamento da situação social e política na União Soviética ofereceu a oportunidade para que todos os adversários da Revolução Russa passassem a tecer as mais acirradas críticas⁶⁰. Gramsci então, evitando se posicionar e até se referir à crise na direção bolchevique, procurou defender o processo de transição socialista na União Soviética, expondo suas considerações sobre as linhas de força nas quais deveria se apoiar. Ainda que esperasse que a revolução socialista na Europa devesse ser retomada em curto prazo, tudo leva a crer que Gramsci concebia a primeira fase da transição socialista segundo as hipóteses indicadas por Lênin e Bukhárin, que passavam pela consolidação da aliança operário-camponesa e pela NEP. Como a questão agrária era o cerne da polêmica em andamento, tanto na Rússia quanto entre os adversários do

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ De fato, entre 1926 e 1927, com críticas provenientes de distintas posições ideológicas, tendeu-se a generalizar a opinião de que a União Soviética se encaminhava para a restauração do capitalismo.